

Cotação

- Dólar: R\$ 5,55
- Euro: R\$ 6,35



COMUNICAÇÃO
CARAGUATATUBA
GOVERNO MUNICIPAL
TEMPO DE PROSPERIDADE

Sexta-feira • 12 de Junho de 2025

CLIPPING

Efemérides

Hoje	13 de Junho
<ul style="list-style-type: none">• Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil• Dia dos Namorados• Dia do Correio Aéreo Nacional	<ul style="list-style-type: none">• Dia Mundial de Conscientização do Albinismo• Dia de Santo Antônio• Dia do Turista• Dia do Economista• Dia Mundial do Softball

Agenda do dia

Hoje	13 de Junho
<ul style="list-style-type: none">• Sem Agenda	<ul style="list-style-type: none">• Sem Agenda

Veículos

Folha de São Paulo • O Estado de São Paulo • Tamoios News • Radar Litoral • Repórter Online Litoral • Fala Caragua • Litoral em Pauta • Diário Caiçara • Notícias das Praias • Jornal do Litoral • Ubatuba Times • Rock News Litoral • Denuncie Aqui

Índice

Política.....	4
Folha de São Paulo.....	4
Folha de São Paulo.....	5
Folha de São Paulo.....	6
Folha de São Paulo.....	7
O Estado de São Paulo.....	8
O Estado de São Paulo.....	9
O Estado de São Paulo.....	10
Câmara de Caraguatatuba discute cinco projetos na 19ª Sessão Ordinária nesta terça-feira.....	12
Cotidiano.....	13
Encontro discute economia saudável - Link Vanguarda - 10/06/2025.....	13
Interessados em cantar no Água Viva Coral podem participar das audições nesta terça e quinta-feira.....	14
Tamoios terá passagem de carga especial pela Serra Nova na madrugada de terça pra quarta.....	15
PAT Caraguatatuba está com inscrições abertas para cursos gratuitos de Inglês e Espanhol voltados ao mercado de trabalho.....	16
OPORTUNIDADE IMPERDÍVEL EM CARAGUÁ!.....	17
Caraguatatuba abre inscrições para curso de Mecânica Automotiva Básica gratuito.....	18
Curso gratuito de Mecânica Automotiva em Caraguatatuba!.....	19
9ª Semana Nacional de Arquivos inicia nesta terça em Caraguatatuba com programação especial.....	20
Caraguatatuba oferece 101 vagas de emprego nesta segunda-feira.....	21
Fundacc retoma festival e reabre Teatro Mario Covas com 14º Litoral em Dança.....	22
Alunos plantam mudas de árvore com projeto Arborizar em Caraguatatuba.....	23
Caraguatatuba lança carnês digitais do ISS Fixo e taxas na próxima segunda-feira.....	24
Secretaria de Administração convoca mais 28 bolsistas do PEAD para reforço na limpeza urbana de Caraguatatuba.....	25
Caraguatatuba registra mais de três mil aplicações de vacina contra gripe em ação descentralizada.....	26
Festa de Santo Antônio movimentou Caraguatatuba com celebrações até 29 de junho..	27
Geral.....	28
GCM de Caraguatatuba detém mulher procurada por pensão alimentícia.....	28
GCM de Caraguatatuba prende homem por tráfico de drogas próximo à escola municipal	29
Bateu, tentou fugir e foi pego! Acidente na SP-55 deixa motociclista ferido.....	30
ACIDENTE EM CARAGUATATUBA!.....	31
Turismo e Esporte.....	32
Torneio da Cidade de Futebol de Caraguatatuba chega as oitavas de final neste	

domingo (8).....	32
Circuito Mares reúne mais de seis mil pessoas em Caraguatatuba com provas inéditas... 33	
Clipping Eletrônico.....	34
Entrevista com a Secretária da SEPEDI, Ivy Malerba, para a TV Câmara.....	34

Política

Folha de São Paulo



Plenário do Supremo durante julgamento sobre artigo do Marco Civil da Internet Felipe Sampaio/Divulgação STF

STF tem maioria para ampliar responsabilização de big techs sobre postagens de usuários

Ministros defendem remoção de conteúdo mesmo sem decisão judicial, mas ainda precisarão modular tese no final do julgamento

Ana Pompeu e César Feitoza

BRASÍLIA O STF (Supremo Tribunal Federal) formou maioria para que as big techs possam ser responsabilizadas se não retirarem publicações criminosas de usuários, mesmo que não haja decisão judicial prévia para a remoção.

O plenário somou, nesta quarta-feira (11), os votos dos ministros Flávio Dino, Cristiano Zanin e Gilmar Mendes pela ampliação da responsabilidade das redes sociais no julgamento que trata da constitucionalidade de trechos do Marco Civil da Internet, em vigor desde 2014.

Dias Toffoli, Luiz Fux e Luís Roberto Barroso já haviam manifestado entendimento semelhante, alcançando 6 votos, de um total de 11 no Supremo. Os magistrados, porém, têm avaliações diferentes sobre a amplitude e ainda precisarão modular uma tese ao final do julgamento.

Por enquanto, só André Mendonça votou para manter a responsabilização das plataformas apenas caso elas não retirem conteúdos após decisão judicial. Faltam votar Kassio Nunes Marques, Edson Fachin, Alexandre de Moraes e Cármen Lúcia.

A corte debate o artigo 19 do Marco Civil da Internet, que define que as empresas só deverão indenizar usuários ofendidos por postagens de terceiros se descumprirem ordem judicial.

Com o entendimento formado na corte até aqui, a discussão passa a ser o tamanho da lista de obrigações pelas quais as redes serão responsabilizadas a partir do momento em que forem notificadas por usuários ofendidos. O julgamento deve ser retomado nesta quinta-feira (12).

A expectativa é que, com as mudanças, o Supremo coloque em voga parte do que vinha sendo discutido no âmbito do PL das Fake News, travado diante do lobby das próprias big techs.

Ao votar, Dino defendeu "avançar na direção da liberdade com responsabilidade e da liberdade regulada, que é a única e verdadeira liberdade". Ele fez uma analogia com outros setores.

"Eu nunca vi alguém pretender abrir uma companhia aérea sem regulação em nome do direito de ir e vir", disse. "A responsabilidade evita a barbárie, evita tiranias."

Cristiano Zanin, assim como os colegas, afirmou que a norma vigente é insuficiente para proteger direitos fundamentais e a democracia no contexto atual.

O ministro manifestou preocupação com a restrição da liberdade de expressão em situações de possíveis crimes contra a honra. Nesses casos, ele aceita que as empresas recusem a retirada do conteúdo.

"Se tiver alguma dúvida legítima, a plataforma poderia solicitar ou aguardar a decisão judicial. Aqui também me parece importante fazer uma diferenciação do conteúdo manifestamente criminoso daquele que possa dar margem para a dúvida", disse.

O decano Gilmar Mendes lembrou a criação do Marco Civil da Internet, pensado com base no entendimento da neutralidade da rede, ou seja, que as empresas eram apenas intermediárias.

"O paradigma de neutralidade foi completamente superado nas últimas décadas. Ao invés de atuarem como intermediárias, empresas interferem ativamente na circulação de conteúdos de terceiros, por meio de filtros, bloqueios

e impulsionamento em massa, com algoritmos que as permitem controlar a forma de propagação de conteúdos privados de forma pouco transparente."

De acordo com ele, trata-se do modelo de negócios das empresas manter os usuários por mais tempo nas redes para estarem também mais expostos a publicidade.

Assim, Gilmar propôs a manutenção do texto do artigo 19 para crimes contra a honra e conteúdos jornalísticos, mas estabeleceu como regime geral a responsabilidade após notificação.

Para ele, na hipótese de exclusão, o provedor deverá notificar o usuário sobre a medida aplicada e a fundamentação e dar o direito ao usuário de pedir a revisão.

O Supremo também debate a ideia de falha sistêmica das plataformas, para definir em quais cenários o Judiciário deve reconhecer que as big techs não adotaram medidas para autorregulação.

Os magistrados disseram ser preciso mecanismo para que conteúdos que já tiveram decisão judicial atestando para o teor criminoso não possam ser publicados.

Dino sugere que a responsabilização se dê quando forem mantidas no ar publicações que promovam crime contra a criança e o adolescente; crime de induzimento ao suicídio e à automutilação; crime de terrorismo; e apologia aos crimes contra o Estado democrático de Direito.

O ministro ainda defende que as plataformas devem editar regras que necessariamente contenham um sistema de notificações, um processo para análise de conteúdos denunciados e relatórios anuais de transparência em relação a notificações extrajudiciais.

Folha de São Paulo

Ministros do Supremo ainda se dividem sobre abrangência da responsabilização de big techs

Análise

Maioria do tribunal quer mudar artigo 19 do Marco Civil da Internet; há consensos sobre conteúdo patrocinado, notificação extrajudicial e representante legal no país

Patrícia Campos Mello

SÃO PAULO Seis ministros do Supremo Tribunal Federal formaram maioria nesta quarta-feira (11) para mudar o artigo 19 do Marco Civil da Internet, principal lei que regula o regime de responsabilidade na internet no Brasil, desde 2014. Apenas um, André Mendonça, acredita que o artigo 19 é plenamente constitucional.

Mas os ministros se dividem no grau de responsabilidade que as big tech deveriam ter.

Os ministros Dias Toffoli e Luiz Fux são os mais radicais, pois acreditam que, para uma ampla lista de conteúdos considerados ameaças, as big tech possam ser punidas se não removerem rapidamente a postagem, mesmo sem que recebam ordem judicial ou denúncia de usuário. O ministro Gilmar Mendes cria um regime especial de remoção sem notificação, mas com ressalvas.

Já o presidente do STF, Luís Roberto Barroso, e os ministros Flávio Dino e Cristiano Zanin adotaram uma abordagem intermediária: nem a bomba nuclear que demole o Marco Civil da Internet, prevista nos votos de Toffoli e Fux, nem a manutenção do status quo, defendida na tese de Mendonça.

Para Barroso, Dino e Zanin, as empresas também têm obrigação de remover uma lista de determinados conteúdos de forma pró-ativa, mas não serão punidas se uma ou algumas postagens escaparem, serão julgadas pelo esforço para combater esse tipo de conteúdo.

Após sete votos dos ministros, desenham-se alguns consensos que devem prevalecer: responsabilização após notificação extrajudicial (denúncia privada) para a maioria dos conteúdos; ofensas e crimes contra honra continuam sob o Marco Civil; responsabilidade por todos os conteúdos patrocinados; dever de cuidado para riscos sistêmicos, e obrigatoriedade de manter um representante legal no país.

Hoje em dia, segundo o Marco Civil, as empresas só podem ser punidas por eventual dano decorrente de conteúdo caso ele não seja removido após ordem judicial. Há apenas duas exceções — nudez não consentida, que está no artigo 21 do Marco Civil, e violação de propriedade intelectual. Nesses casos, basta uma notificação extrajudicial, como uma denúncia de usuário.

Barroso, Dino, Zanin e Gilmar preveem que a maioria dos conteúdos passem a se encaixar no



O ministro Gilmar Mendes, do STF, durante sessão plenária do tribunal em que deu seu voto sobre o Marco Civil da Internet. Ton Molina/Divulgação STF

artigo 21 do Marco Civil: bastaria uma notificação extrajudicial para que as plataformas possam ser responsabilizadas por danos decorrentes da não remoção de conteúdo nesses casos. Esse é o regime em vigor na União Europeia — o “notice and take action” (tomar conhecimento e agir).

Ofensas e crimes contra a honra, no caso de Barroso, Dino e Zanin, e também conteúdo jornalístico, para Gilmar, ficariam ainda dentro do artigo 19. Nesses casos, só haveria responsabilidade após ordem judicial. Toffoli e Fux consideram que ofensas e crimes contra honra podem gerar responsabilidade já após denúncia privada.

Isso gera preocupação entre especialistas e membros da sociedade civil, porque prever responsabilidade após uma notificação privada em caso de ofensas fatalmente levaria a uma guerra de denúncias entre candidatos em campanha eleitoral, por exemplo.

Mais estritos, Gilmar, Toffoli e Fux preveem uma categoria de conteúdos que podem gerar responsabilidade imediata das plataformas, mesmo sem serem comunicadas previamente do fato. Fux fala em um “dever de monitoramento ativo” para discurso de ódio, racismo, pedofilia, incitação à violência, apologia à abolição violenta do Estado democrático de Direito e apologia ao golpe de Estado. Toffoli fala em responsabilidade civil independentemente de notificação para esses e vários outros tipos de conteúdo.

Gilmar fala em um “regime especial” de responsabilidade para conteúdos com potencial de “dano grave ao tecido social de-

democrático”, que precisam ser indisponibilizados imediatamente.

Mas ele faz a ressalva de que é necessário “considerar hipótese em que o conteúdo não seja uma representação patente desses crimes” — nesses casos, não haveria responsabilização antes de notificação.

As big tech afirmam que a obrigação de remover determinados conteúdos mesmo sem notificação pode criar monitoramento ativo por parte das empresas e excesso de remoção, para evitar responsabilização.

Os sete ministros preveem que as plataformas de internet terão responsabilidade por conteúdo patrocinado ou impulsionado mesmo antes de ordem judicial para retirada ou de notificação extrajudicial. Presume-se que as empresas tenham conhecimento prévio do conteúdo sobre o qual lucram e, portanto, devem ser responsáveis.

Dino, Zanin, Barroso e Gilmar preveem em suas teses o chamado dever de cuidado, nos moldes do que é adotado na legislação europeia, a Lei de Serviços Digitais, em relação a determinados riscos sistêmicos. As empresas teriam a obrigação de, proativamente, remover postagens com crimes contra criança, induzimento ao suicídio, terrorismo, incitação à violência e crimes contra o Estado democrático de Direito, além de tráfico de pessoas (há variações na lista de cada ministro).

Seguindo o modelo, as plataformas precisam provar que fizeram o melhor possível para mitigar os riscos sistêmicos e para lidar com conteúdos ilícitos.

Folha de São Paulo

Velocidade de depoimentos indica que Bolsonaro deve ser julgado neste ano

Após ritmo acelerado para ouvir testemunhas e réus da trama golpista, ministros do Supremo e advogados preveem que julgamento poderá ocorrer a partir de setembro

César Feitoza e Ana Pompeu

BRASÍLIA Ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) e advogados de réus apostam que a Primeira Turma do tribunal deve julgar ainda neste ano a denúncia contra o núcleo central da trama golpista de 2022. O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e outras sete pessoas respondem a acusação de crimes contra a democracia.

A previsão de encerrar o processo contra Bolsonaro em 2025 foi aventada no STF no ano passado, visando evitar a contaminação do calendário eleitoral de 2026. Espera-se que o julgamento ocorra a partir de setembro.

A expectativa foi reforçada pelo curto intervalo estabelecido pelo ministro Alexandre de Moraes entre o depoimento das testemunhas e o interrogatório dos réus.

Dois advogados consultados pela **Folha** acreditavam, no começo do processo, que não seria possível iniciar o julgamento da trama golpista neste ano por causa dos prazos previstos no Código de Processo Penal. Eles mudaram de avaliação após a ação penal caminhar para a fase final ainda no primeiro semestre do ano.

Moraes abriu na terça (10) prazo de cinco dias para as defesas apresentarem pedidos de novas

diligências, como inclusão de novas provas, perícias ou novos depoimentos de testemunhas.

Ele poderá aceitar as solicitações ou negá-las segundo considerar pertinente para o processo.

A fase de alegações finais, é a última antes do julgamento. A PGR (Procuradoria-Geral da República) será a primeira a apresentar sua posição, em prazo de 15 dias. Depois o tenente-coronel Mauro Cid, colaborador da investigação, terá outros 15 dias para entregar suas alegações finais. Depois dele, as demais defesas apresentarão suas versões.

Para os advogados, há duas possibilidades de o processo se alongar. Em uma, Moraes pode aceitar a realização de diligências, como a confecção de perícias próprias para rebater trechos da acusação.

Na outra, o recesso de julho pode emperrar prazos processuais, dando quase 30 dias de respiro para as defesas analisarem o material apreendido pela Polícia Federal antes das alegações finais.

Demóstenes Torres, advogado do ex-comandante da Marinha Almir Garnier Santos, avalia que, "se não houver o cancelamento do recesso, pode ficar para o final de agosto ou início de setembro". Ele diz que a PGR deve retirar

Os próximos passos da trama golpista

Diligências

• Após os depoimentos dos réus, prestados entre a segunda-feira (9) e a terça-feira (10), a acusação e as defesas podem pedir, em um **prazo de cinco dias**, a realização de diligências para produzir novas provas



• O pedido poderá ser aceito pelo relator, **Alexandre Moraes**, ou ordenado por ele

Alegações finais

• Após o fim dos interrogatórios ou, se for caso, das diligências, Moraes deve intimar as partes para apresentarem alegações finais no **prazo de 15 dias**

• Esse tipo de manifestação traz um resumo dos fatos apurados até então e, geralmente, reafirma os pedidos de absolvição ou condenação formulados anteriormente



Julgamento

• A partir do fim da instrução, Moraes deve formular um resumo do caso e preparar seu voto



• Como a ação penal da trama golpista tramita na Primeira Turma, cabe ao ministro **Cristiano Zanin**, presidente do órgão, marcar a data do julgamento

a acusação contra alguns réus. "O Ministério Público não é acusador, é defensor da ordem jurídica. Se a denúncia não for comprovada, ele tem que fazer isso."

O processo da trama golpista foi aberto em 11 de abril deste ano. No mesmo dia, Moraes determinou intimação das partes para apresentarem a defesa prévia. Bolsonaro estava internado na UTI (Unidade de Terapia Intensiva) após cirurgia abdominal, e a corte informou que esperava uma "data adequada" para fazer sua intimação pessoal.

Ainda no hospital, ele participou de uma live nas redes sociais e deu entrevista, além de receber visitas de políticos e aliados, descumprindo orientações médicas.

Moraes então determinou que o ex-presidente fosse intimado pessoalmente na UTI.

A fase de depoimento das testemunhas começou em 19 de maio. Foram duas semanas com sessões diárias de interrogatórios de mais de 50 pessoas indicadas pela acusação e pelas defesas.

O ministro anunciou no último dia dos depoimentos das testemunhas, em 2 de junho, que o interrogatório dos réus se daria na semana seguinte —prazo incomum em processos penais.

Moraes tem dito a interlocutores que não tem dado ritmo diferente ao processo sobre a trama golpista em comparação com as demais ações penais sob sua responsabilidade.

Como a acusação da PGR sobre a trama golpista acabou dividida em cinco núcleos, os processos penais terão andamentos distintos. A Primeira Turma do Supremo já recebeu a denúncia contra quatro grupos.

Folha de São Paulo

Bolsonaro deturpa noção de legalidade para justificar golpismo, dizem especialistas

Durante interrogatório, ex-presidente e o tenente-coronel e delator Mauro Cid citam perspectiva que afronta valores constitucionais

Ana Gabriela Oliveira Lima

SÃO PAULO Em interrogatório no STF (Supremo Tribunal Federal) sobre a trama golpista, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e seu ex-ajudante de ordens Mauro Cid deturpam noções de legalidade para justificar discussões golpistas que teriam como objetivo impedir a posse do presidente Lula (PT), dizem especialistas à Folha.

Para eles, Bolsonaro e Cid acionaram uma ideia de "legalidade instrumental" entranhada na cultura militar que deturpa o conceito real de legalidade e afronta a Constituição.

Exemplo é a fala de Bolsonaro no interrogatório desta terça (10), quando voltou a dizer que sempre agiu nos limites da Carta Magna. Ao mesmo tempo, admitiu ter conversado sobre "alternativas" e chegou a citar a discussão de estado de sítio, em contexto legal que não justificava as medidas.

O estado de defesa, que Bolsonaro já admitiu ter considerado, restringe liberdades individuais e é acionado para preservar a ordem pública ou a paz social ameaçadas por graves crises. Ainda mais extremo, o estado de sítio é previsto em casos de coação

de repercussão nacional ou guerra. Para ser decretado, precisa de autorização do Congresso.

O ex-presidente e Cid foram ouvidos em interrogatórios iniciados na segunda (9) e concluídos na terça com os réus do chamado núcleo central da trama golpista. São acusados dos crimes de golpe de Estado, tentativa de abolição do Estado democrático de Direito, associação criminosa armada, dano qualificado ao patrimônio público e deterioração do patrimônio tombado.

Para Bolsonaro, que se apresentou à corte como militar da reserva e não como político, falar em agir dentro da Constituição e citar conversas golpistas poderia não ser contraditório porque ele utiliza um conceito instrumental e deturpado de legalidade, com enfoque na noção de hierarquia e cadeia de comando em sobreposição ao apreço a valores constitucionais, afirmam especialistas.

Também Cid citou no interrogatório companheiros de farda que atuariam "dentro do círculo de legalidade das Forças Armadas" e que dificilmente agiriam sem a autorização de superiores.

Ele disse que os militares não quebrariam um "elo de legalida-

de", por mais que tivessem suspeitas do processo eleitoral.

"Eles não fariam nada que quebrasse um elo de legalidade. Para que alguma coisa fosse feita, teria que ter uma ordem. Essa ordem tinha que vir com o presidente, comandante do Exército e chegava a ordem para os escalões subordinados", falou, destacando a importância da hierarquia e cadeia de comando.

Para Danilo Pereira Lima, professor de direito constitucional e coordenador do curso de direito do Claretiano de Batatais, além das noções de hierarquia e estruturas de comando, muitos militares "compram" a ideia de legalidade "autoritária e instrumental".

"Essa legalidade instrumental pode fundamentar um golpe, uma ditadura e se opõe à noção de legalidade constitucional democrática. Uma legalidade instrumental permite a manipulação do direito de acordo com os interesses de quem detém o poder", diz.

Ele avalia que a noção de legalidade constitucional democrática, por sua vez, é o contrário da mobilizada por militares.

"É essa noção que permite a construção, a consolidação de um Estado democrático de Direi-



A legalidade instrumental serve de acordo com os interesses de quem detém o poder. Vai fundamentar um golpe, uma ditadura, a suspensão de direitos e garantias fundamentais

Danilo Pereira Lima
professor de direito constitucional do Claretiano de Batatais



Como tudo isso é muito recente, e os sucessivos governos pós-redemocratização não tiveram coragem nem vontade política de confrontar e reformular a educação militar, manteve-se essa visão autoritária, disfarçada de algo legal, de que as Forças Armadas podem se sobrepor aos poderes constitucionais e democráticos

Andrea Paula Kamensky
doutora em história econômica pela USP

to. Agora, a legalidade instrumental serve de acordo com os interesses de quem detém o poder. Vai fundamentar um golpe, uma ditadura, a suspensão de direitos e garantias fundamentais", diz.

Segundo ele, essa ideia de legalidade dos militares não é comprometida com a permanência e a estabilidade das instituições democráticas.

Ele argumenta que, caso os militares adotassem a concepção de uma legalidade constitucional democrática, saberiam não ser adequado seguir uma ordem "claramente inconstitucional".

"É claro que o presidente é o comandante em chefe das Forças Armadas, mas ele também está subordinado à Constituição. Então, se ele dá uma ordem inconstitucional, os militares, os comandantes das Forças, não podem cumprir essa ordem. Acima de todos esses agentes está a Constituição", afirma.

Andrea Paula Kamensky, doutora em história econômica pela USP e especialista em cultura militar e ditadura, concorda que setores militares usam uma ideia deturpada de legalidade para justificar seus atos.

Ela diz que "a história, a cultura e a educação militar que ainda permanecem é autoritária, omite ou distorce fatos históricos e se baseia em um falso discurso de legalidade".

"Como tudo isso é muito recente, do ponto de vista histórico, e os sucessivos governos pós-redemocratização não tiveram coragem nem vontade política de confrontar e reformular a educação militar, manteve-se essa visão autoritária, disfarçada de algo legal, de que as Forças Armadas podem se sobrepor aos poderes constitucionais e democráticos", diz.

Folha de São Paulo

Congresso ataca medidas de Haddad, mas Lula insiste e envia MP que aumenta impostos

Expectativa do governo é liberar emendas até data de votação, enquanto busca apoio e negocia o texto

BRASÍLIA O pacote de alta de impostos proposto pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, chegou ao Congresso sob fortes críticas de parlamentares e do setor empresarial e com partidos da base aliada abertamente contrários —posição externada antes mesmo de a medida provisória ser editada. O texto foi publicado no Diário Oficial por volta das 21h desta quarta-feira (11).

A tensão escalou após o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), afirmar em evento com empresários na manhã desta quarta que as medidas apresentadas pelo governo devem ter "reação muito ruim" no Congresso. Ele também afirmou não servir a projeto político de ninguém.

A expectativa do governo é buscar apoio e liberar emendas parlamentares até a data de votação, enquanto negocia com o Congresso.

As declarações de Motta surpreenderam o governo, por terem ocorrido depois de o parlamentar classificar como histórica a reunião em que a proposta foi apresentada à cúpula do Congresso.

O PP e União Brasil também declararam que fecharão questão contra o aumento de impostos caso a medida não venha acompanhada de iniciativas para cortar gastos. No jargão político, fechar questão significa punir os parlamentares que contrariarem a posição do partido.

As duas siglas juntas têm 109 deputados e 14 senadores. PP e União Brasil comandam quatro ministérios e a Caixa, mas realizaram um ato no salão verde da Câmara para se posicionarem abertamente contra o pacote.

"Taxar, taxar, taxar, não pode e não será nunca a saída", disse o presidente do União Brasil, Antonio Rueda, que comanda o partido do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (AP), aliado do governo federal.

Junto com PL e Novo, que são abertamente de oposição, essas duas siglas representam pouco



Deputados criticam Haddad no plenário com cartazes

Protesto de congressistas da oposição contra o ministro da Fazenda; uso de cartazes no plenário havia sido proibido pelo presidente da Casa, Hugo Motta Reprodução TV Câmara

mais de um terço do Congresso, e o posicionamento contra a MP dificulta muito a aprovação da proposta. A expectativa, entre seus dirigentes, é que a declaração pública de voto contra a MP leve outros partidos da base aliada a se manifestar contra a medida.

O líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), fez discurso duro na tribuna da Câmara, afirmando que o partido também deve fechar questão contra as propostas. "Tenho certeza que, daqui a pouco, o PSD, o Republicanos, todos os demais partidos que amam o Brasil de verdade, vão ser contra o aumento de impostos", disse Cavalcante.

Pelo menos até a noite desta quarta, outros partidos não haviam anunciado esse posicionamento contrário. Nas demais siglas de centro-direita, o discurso era aguardar o conteúdo completo da MP e analisá-lo, antes de adotar uma posição oficial. A taxa maior das bets, por exemplo, é uma das propostas inclui-

das no pacote que teria apoio da maioria dos parlamentares.

Os pontos com maior resistência são o aumento da tributação das fintechs e de investimentos hoje isentos, como LCA (Letra de Crédito do Agronegócio) e LCI (Letra de Crédito Imobiliário), que passariam a ser tributados em 5%. Esses mecanismos são usados por empresários para captar empréstimos a juros mais baixos.

Os partidos de esquerda querem mobilizar a opinião pública a favor dessas iniciativas, ao mostrar que esses benefícios desequilibram os próprios setores que estão inseridos e atingiriam "o andar de cima". Essa tese foi reforçada nos últimos dias por ministros e parlamentares governistas.

Iniciativas para corte de gastos, cobradas do governo por políticos de direita e empresários, chegaram a ser discutidas na reunião entre Haddad e os parlamentares no domingo à noite (8), mas não houve consenso para apresen-

tação neste primeiro momento.

No cardápio de medidas estão cortes dos superalários do funcionalismo público e a reforma do sistema de previdência dos militares —que estão travados no Congresso—, mudanças no BPC (Benefício de Prestação Continuada) e congelamento dos repasses da União para o Fundeb (Fundo de Valorização da Educação Básica).

A estratégia do governo, por enquanto, é utilizar o prazo de tramitação (quatro meses) da MP para melhorar o ambiente com o Congresso e conseguir aprovar pelo menos parte das propostas.

A interlocutores Haddad disse que interessa ao governo debater as medidas no Congresso como foram apresentadas no domingo à noite.

Uma prévia já aconteceu nesta quarta, quando Haddad travou um bate-boca com parlamentares da oposição. Na avaliação do Ministério da Economia, as negociações estão só começando e há chance de aprovação, se não tudo, de uma parte das medidas. O que mais interessa à equipe econômica é a proposta de corte de 10% dos benefícios fiscais.

Um aliado de Lula diz que há uma avaliação de que as críticas do Parlamento são desproporcionais num momento em que o governo se dispôs a negociar em conjunto com deputados e senadores. O recuo de Motta é atribuído ao 1º calor da pressão de quem acabou de sentar na cadeira da presidência da Câmara.

Um integrante do Palácio do Planalto diz que há uma avaliação de que as medidas deverão sofrer mudanças pelo Parlamento, mas rechaça a possibilidade de uma rejeição do pacote, já que não enxerga nenhum movimento de rompimento desses partidos com o governo federal.

Um ministro diz enxergar que há muito "jogo de cena" dos parlamentares neste momento e que ao final todos vão sentar à mesa para negociar.

Continua na pág. A14



Temos que entender que apresentar ao setor produtivo qualquer solução com aumento de tributos sem o governo apresentar o mínimo dever de casa não será bem-aceito pelo setor produtivo e pelo Poder Legislativo

Hugo Motta (Republicanos-PB) presidente da Câmara, em evento pela manhã, antes de o governo enviar a MP

Folha de São Paulo

Em fotomontagem, Nikolas Ferreira (PL) e Fernando Haddad em comissão na Câmara Cristiano Mariz/Agência O Globo

Haddad afirma que oposição faz 'molecagem', e bate-boca encerra comissão na Câmara

Sob críticas de deputados do PL, ministro da Fazenda diz ver falta de respeito e que há esforço para atrapalhar medidas do governo

Fernanda Brigatti

BRASÍLIA O ministro Fernando Haddad, da Fazenda, disse nesta quarta-feira (11) que parlamentares da oposição ao governo fazem "molecagem". Ele se referia aos deputados Carlos Jordy (PL-RJ) e Nikolas Ferreira (PL-MG), que fizeram uma dobradinha de críticas ao governo e à situação econômica do Brasil.

A afirmação do ministro e a reação dos parlamentares de oposição desencadeou uma sequência de bate-bocas, o que levou o presidente da Comissão de Finanças e Tributação, Rogério Correia (PT-MG) a encerrar a reunião.

Ao deixar a sala, Haddad disse que a oposição tenta atrapalhar a tramitação das medidas de arrecadação que substituirão o aumento do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras). A MP (medida provisória) chegará ao Congresso Nacional ainda nesta semana, segundo o governo.

"A pessoa faz uma pergunta, vomita uma porção de números errados sobre a economia e ele simplesmente sai da sala antes de ouvir a resposta. Então qual é o objetivo de uma reunião como essa?", disse o ministro, ao deixar o encontro.

Ele também citou a colega Marina Silva, do Meio Ambiente, que deixou uma comissão após o senador Plínio Valério (PSDB-AM) dizer que, como ministra, ela não

merecia respeito. "Qual é o ministro que vai se sentir à vontade para prestar esclarecimentos?"

Haddad foi convidado pelas comissões de Fiscalização Financeira e Controle e Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados.

Originalmente, ele foi convidado para falar sobre o projeto de lei que leva a faixa de isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física a R\$ 5.000 e sobre o empréstimo consignado garantido pelo FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), mas o aumento do IOF dominou os debates.

Por pouco mais de duas horas, a tropa de choque mobilizada pelo governo, com parlamentares do PT e da base, conseguiu blindar o ministro.

Já os deputados do PL queixaram-se do que disseram outros parlamentares, que faziam parecer que o Brasil era um "ilha da fantasia" onde não havia inflação, e cobraram que o governo economizasse com "viagens de Janja e os luxos de Lula", citando a primeira-dama e o presidente.

Disseram ainda que o governo criou dezenas de impostos ("ao menos 25 vezes desde 2023" e "um a cada 37 dias"). O aumento do IOF foi chamado de "grande lambança" por Jordy.

Nikolas lembrou do "vídeo do PIX", feito por ele e tornado viral, com informações imprecisas sobre o método de pagamento. Segundo ele, a publicação foi ne-

cessária para dizer que as "coisas não estão legais".

Quando coube ao ministro responder, os dois não estavam na sala. Haddad disse, então, que "eles correm do debate", "fazem molecagem" e vão embora. A reação do ministro deu início a uma sequência de bate-bocas.

Jordy voltou à reunião e disse que Haddad foi desrespeitoso. "Moleque é você", afirmou o deputado por mais de uma vez. Nikolas também voltou à reunião depois, tentou levantar questão de ordem para que as falas do ministro fossem retiradas das notas taquigráficas, que registram o que foi discutido na reunião.

A essa altura, com quase três horas de reunião, o tumulto sobre questões de ordem praticamente inviabilizou a sua continuidade. Outros deputados da oposição chegaram, pediram à palavra e o bate-boca ficou generalizado na sala.

Os parlamentares ainda puxaram gritos de "fujão" ao ministro da Fazenda, que estava acompanhando do secretário-executivo da pasta, Dario Durigan. Eles deixaram a reunião acompanhados pelos deputados da base.

O líder do PT na Câmara, deputado Lindbergh Farias (RJ), disse que a oposição quis criar um impasse, mas afirmou que o tumulto não interfere na tramitação das medidas do governo. "Temos tempo para negociar."

O Estado de São Paulo

Amorim diz que governo Lula estuda adotar medidas contra Israel em relações militares

O assessor para Assuntos Internacionais da Presidência, Celso Amorim, disse ontem que o governo estuda tomar medidas contra Israel na área de relações militares. As declarações, obtidas pela *Columna*, ocorreram durante reunião no Planalto com deputados. “Há várias outras medidas que podem ser tomadas. Acho que sobretudo em termos das relações militares, que para eles (Israel) são muito importantes, não só militarmente, mas economicamente”, afirmou o ex-chanceler. Ele acrescentou que havia tratado do tema horas antes com o presidente Lula e com o chanceler Mauro Vieira. Procurado, Celso Amorim disse que teve um diálogo “franco” em que “reiterou a posição histórica do Brasil em defesa da paz”. O auxiliar de Lula repudiou o antissemitismo.

● **NUNCA ANTES.** Na reunião, o ex-ministro também disse que a ofensiva de Israel na Faixa de Gaza é “a maior barbárie” que ele já viu. E lembrou que Lula tem sido “muito claro” ao classificar publicamente de “genocídio” a atuação israelense na guerra contra o grupo terrorista Hamas.

● **MUITA CALMA.** A deputada Natália Bonavides (PT-RN) pediu sanções a Israel. Amorim ressaltou ao grupo que o assunto é complexo e que uma quebra ampla de relações prejudicaria o atendimento a brasileiros na região.

● **DIFERENÇA.** Lula foi comedido ao prestar solidariedade ontem à ex-presidente da Argentina Cristina Kirchner, que deve ser presa por corrupção. Ao contrário do líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias, o presidente não falou em perseguição política. O tom também destoou do adotado pelo Instituto Lula, que apontou “sérias violações dos direitos fundamentais”.

● **RECADO...** O senador Efraim Filho (União-PB), que preside a Comissão Mista de Orçamento, avisou ao governo que não aceitará qualquer ofensiva para aumentar os gastos públicos. O parlamentar desconfia que a gestão petista queira turbinar programas como Vale Gás e Pé-de-Meia para 2026, quando Lula pretende disputar a reeleição.

● **...DADO.** “A CMO estará muito atenta para que não sirva como meio para aumentar gastos com projetos eleitoreiros. Essa estratégia não encontrará respaldo”, declarou Efraim à *Columna*.

● **DISPUTA.** O PT indicou o deputado Carlos Zarattini para a relatoria da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do ano que vem. A escolha do nome foi fruto de um acordo para a eleição de Hugo Motta à presidência da Câmara, mas o Centrão pressiona para ficar com o posto e ter controle maior dos rumos do Orçamento de 2026.

O Estado de São Paulo

Redes sociais

STF tem maioria para ampliar responsabilização de big techs

Seis ministros já votaram para aumentar deveres de plataformas e provedores por publicações de usuários; tese final ainda será definida

RAYSSA MOTTA

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou ontem maioria para responsabilizar plataformas de redes sociais e provedores por publicações de usuários. Seis ministros já defenderam ampliar as obrigações das chamadas big techs na moderação de conteúdo. O único voto divergente foi dado pelo ministro André Mendonça. O tribunal ainda vai definir os critérios para a responsabilização das empresas. Os ministros apresentaram propostas diferentes e o plenário terá de equilibrá-las em uma tese.

A votação seguirá hoje com os votos de Edson Fachin e Alexandre de Moraes. Depois, a votação será suspensa, sem data para ser retomada.

O julgamento – considerado internamente como o mais importante da história recente do Supremo – gira em torno da constitucionalidade do artigo 19 do Marco Civil da Internet, que proíbe a responsabilização das plataformas por conteúdos publicados pelos usuários, exceto se houver descumprimento de decisões judiciais para remover publicações.

A maioria considerou que a regra é insuficiente para proteger os usuários e defendeu ampliar a obrigação das plataformas de fiscalizar os conteúdos publicados. O tribunal precisa definir agora em que casos as empresas de tecnologia podem ser punidas por publicações mesmo quando não houver ordem judicial para tirá-las do ar, o que vai exigir uma moderação de conteúdo mais rigorosa.

Hoje, as redes respondem por danos causados pelas postagens mesmo sem ordem judicial em duas exceções: violação aos direitos autorais e divulgação de fotos íntimas sem consentimento. No entendimento já manifestado por ministros, entre os crimes passíveis de pronta exclusão estão tráfico de pessoas, racismo, terrorismo, estímulo ao suicídio e à violência, crimes contra o estado democrático de direito, violência contra mulheres, crianças e adolescentes e pessoas vulneráveis, entre outros.

ÓRGÃO. Outro ponto em aberto é sobre a criação de um órgão

Votos

Os posicionamentos de cada ministro

PELA RESPONSABILIZAÇÃO



Dias Toffoli

Para o ministro, a restrição imposta pelo Marco Civil da Internet é inconstitucional porque cria uma “imunidade” para as empresas de tecnologia e, ao mesmo tempo, deixa os usuários desprotegidos em um contexto de escalada de casos de violência digital, como cyberbullying, stalking, fraudes, golpes, discurso de ódio e fake news



Luiz Fux

Defendeu a inversão do modelo em vigor. A proposta é que as plataformas sejam obrigadas a remover imediatamente publicações questionadas pelos usuários e, se discordarem da necessidade de remoção, que acionem a Justiça para obter autorização para disponibilizar novamente o conteúdo. Assim como Toffoli, o ministro propõe que as plataformas sejam obrigadas a monitorar e a remover espontaneamente publicações criminosas, como discurso de ódio, racismo, pedofilia, incitação à violência, apologia à abolição violenta do estado de direito e apologia a golpe de Estado. “Conteúdos lesivos de direitos fundamentais podem gerar engajamento substancialmente maior do que conteúdos lícitos”, alertou

para fiscalizar o cumprimento dos critérios que vierem a ser definidos pelo STF ou a delegação dessa tarefa a uma entidade



Luis Roberto Barroso

O presidente do STF sugeriu como alternativa o “dever de cuidado”. Pela proposta, as big techs devem criar mecanismos para melhorar a qualidade da informação, mas só podem ser punidas por falhas amplas, isto é, pela omissão na gestão global dos conteúdos ilícitos e não por casos individuais. Para ele, a exigência de ordem judicial para remoção de conteúdo continua a valer, mas é insuficiente



Flávio Dino

O ministro afirmou que apresentaria uma posição moderada em busca do consenso. “Se dependesse de mim, o resultado desse julgamento seria muito mais rigoroso.” Ele apresentou exemplos como o de ataques a escolas e crimes contra adolescentes estimulados nas redes para defender um controle mais rígido sobre as publicações na internet. “Liberdade regulada é a única liberdade”



Cristiano Zanin

Ministro considerou que o artigo 19 do Marco Civil da Internet é “deficiente” para proteger usuários. “O artigo 19 é incompatível com a realidade do modelo de negócio de muitos provedores, que fomenta a perpetuação de danos e desinformação, além de impor às vítimas o ônus de acionar o Poder Judiciário, com todo o custo e

de já existente. A análise de dois recursos extraordinários que tratam do Marco Civil da Internet teve a repercussão ge-

degaste que isso requer”. Ele votou para diferenciar “conteúdos evidentemente criminosos ou ilícitos” de publicações em que houver “dúvida razoável sobre a ilicitude do conteúdo”



Gilmar Mendes

Afirmou que falta transparência nos algoritmos das redes e que plataformas “funcionam como verdadeiros curadores do discurso público”. Sugeriu quatro regimes distintos para a responsabilidade das plataformas: “residual”, “geral”, “de presunção” e “especial”. Também defendeu que as plataformas devem desenvolver mecanismos técnicos para estender decisões de remoção de conteúdo a casos repetitivos de “conteúdos ilícitos idênticos”

DIVERGÊNCIA



André Mendonça

Votou para manter a sistemática atual de responsabilidade das plataformas por publicações de usuários – apenas em caso de descumprimento de decisões judiciais para remover conteúdos. Foi o único voto alinhado com os interesses das big techs. O ministro equiparou as redes sociais a veículos de comunicação e jornalísticos e defendeu que, por isso, elas não podem sofrer restrições “à plena liberdade de informação”. Também argumentou que considerava arriscado transferir da Justiça para as próprias plataformas a moderação de conteúdos controversos

ral reconhecida, ou seja, os ministros definiram que o tema é relevante e que, a partir da análise de um processo, o STF

precisa definir a tese que será aplicada nacionalmente.

Os ministros alegaram que aguardavam uma regulamentação das redes pelo Congresso, que não votou o chamado Projeto de Lei das Fake News. Além de Mendonça, votaram até o momento os ministros Dias Toffoli, Luiz Fux, Luís Roberto Barroso, Flávio Dino, Cristiano Zanin e Gilmar Mendes.

Enquanto Toffoli e Fux defendem punições para as empresas de tecnologia que não removerem publicações ofensivas (injúria, calúnia e difamação) imediatamente após a notificação dos usuários, Barroso, Dino, Zanin e Gilmar consideram que a exigência de ordem judicial para remoção desses conteúdos deve continuar a valer, desde que as empresas melhorem seus sistemas internos de monitoramento.

Os seis ministros defendem ainda que é dever das plataformas impedir espontaneamente a circulação de publicações criminosas. Há diferenças, no entanto, do rol de crimes definidos em cada voto.

Já Mendonça votou para manter as regras atuais, além de defender que perfis inteiros não poderiam ser suspensos, mesmo se houver ordem judicial, apenas publicações específicas. Ao ler seu voto na semana passada, o ministro falou em “autocontenção judicial” e afirmou que, em sua avaliação, o STF não deveria interferir na regulamentação das big techs.

‘LIBERDADE REGULADA’. Primeiro a votar ontem, Dino iniciou a leitura de seu posicionamento dizendo que apresentaria um entendimento moderado em busca do consenso no plenário. “Se dependesse de mim, o resultado desse julgamento seria outro, bastante diferente, e seria muito mais rigoroso”, afirmou.

Ele apresentou exemplos de como ataques a escolas e crimes contra crianças e adolescentes teriam sido estimulados nas redes sociais. E defendeu um controle mais rígido das publicações na internet. Para o ministro, “a liberdade regulada é a única liberdade”. “Liberdade sem responsabilidade é anarquia, conduz à barbárie.”

Dino argumentou que, como qualquer atividade econômica, as plataformas precisam de regulamentação. “É absolutamente razoável que nós fortaleçamos o dever de vigilância, de prevenção, de cuidado, de precaução. Um shopping não tem que manter seguranças? Um banco não tem que manter seguranças? Qualquer atividade tem bônus e ônus.”

‘INCOMPATÍVEL’. Zanin considerou que o artigo 19 do Marco Civil da Internet, no estágio atual, é “deficiente” para proteger os usuários. “O artigo 19 é incompatível com a atual reali-

O Estado de São Paulo

Congresso

Sob medida para as redes sociais, bate-boca encerra audiência de Haddad na Câmara

Ministro da Fazenda afirma que deputados bolsonaristas Nikolas Ferreira e Carlos Jordy fizeram 'molecagem' e é chamado de 'moleque'

BRASÍLIA

Um tumulto precipitou o encerramento da audiência pública conjunta das comissões de Finanças e Tributação e de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados que ouvia o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ontem. A confusão começou depois que o ministro chamou de "molecagem" a atitude dos deputados Nikolas Ferreira (PL-MG) e Carlos Jordy (PL-RJ) de fazer questionamentos sobre as contas públicas e deixar a sala antes de ouvir as respostas.

A prática faz parte de uma estratégia habitual de ambos os parlamentares e de outros políticos que costumam fazer perguntas duras para, com elas, abastecer as redes sociais por meio de cortes de vídeos de transmissão que potencializam a audiência, sem esperar pelas respostas.

"Eu tenho tido o ânimo de debater, mas, com os bolsonaristas, eu não consigo debater. Desde 2018 o (Jair) Bolsonaro fugiu de todos os debates. Agora, aparecem aí dois deputados, fazem as perguntas e correm do debate", disse Haddad. "Venho com o espírito público, venho com o dado oficial, venho com PECs e leis complementares que vocês aprovaram, para debater. Agora, esse tipo de atitude, de alguém que quer aparecer na rede falando sério e corre sempre que o debate vai acontecer, estou per-



Audiência na Câmara dos Deputados com o titular da Fazenda, Fernando Haddad; tumulto e gritaria

do aqui um minuto para esse desabafo, porque é um pouco de molecagem, sabe, e isso não é bom para a democracia", afirmou o ministro.

'VERDADES'. Jordy voltou à audiência após a fala de Haddad e chamou o ministro de "moleque". O deputado disse que foi informado de que o titular da Fazenda havia sido "extremamente desrespeitoso" e, por isso, retornou. afirmou ainda que, como parlamentar, participa de vários colegiados e que Haddad estava chateado porque ele e Nikolas falaram "verdades" sobre a condução da política fiscal.

"Quero te dizer, ministro, que o moleque é você, por ter aceitado um cargo dessa mag-

nitude e só ter feito dois meses de economia. Moleque é você por ter feito com que o nosso país tivesse o maior déficit fiscal da história, de R\$ 230 bilhões, logo após o governo Bolsonaro ter dado superávit. E o

Sem decoro
Deputados da oposição chamaram Haddad de 'fujão'; 'Quinta série', respondeu líder petista

presidente Bolsonaro passou por uma pandemia. Você, o governo Lula, é pior que uma pandemia", declarou Jordy. "Não vem aqui querendo cantar de galo na Câmara dos Deputados, porque você é ministro, mas

eu sou deputado. Respeite o Parlamento, moleque é você."

Depois, um pedido de questão de Nikolas desencadeou um bate-boca e muita circulação de assessores transmitindo o desentendimento ao vivo nas redes. O deputado começou a falar sobre regimento interno e emendou um discurso contra Haddad. "Senhor presidente, na minha ausência aqui, o ministro Haddad falou que estava respondendo elegantemente às perguntas e chamando deputados de moleque. Você acha que tem debate sério com alguém que fala que eu não posso ter 300 milhões de visualizações no vídeo porque não tem 300 milhões de pessoas do mundo que falam português?", afirmou Nikolas, quando foi in-

terrompido pelo presidente da audiência, deputado Rogério Correia (PT-MG).

Correia disse que não queria saber do discurso, mas qual o motivo da questão de ordem. Quando Nikolas informou a razão, o petista declarou que já havia acatado a questão para retirar a fala de Haddad sobre "molecagem" e a resposta de Jordy, que chamou o ministro de "moleque", das notas taquigráficas. Com isso, passou a palavra a outro deputado.

CONFUSÃO. A partir daí, começou um bate-boca generalizado entre parlamentares, com mais pedidos para a retirada das menções à "molecagem" e a "moleque" das notas taquigráficas, que são fornecidas após todas as sessões no Congresso. A despeito dos apelos de deputados da oposição para que a sessão continuasse, a confusão imperou e foi inviável seguir com a audiência.

Correia ameaçou encerrar a sessão, mas disse que, caso os assessores saíssem da sala, ele retomaria o debate. Houve uma tentativa de apaziguamento e até a deputada bolsonarista Caroline de Toni (PL-SC) foi conversar com o petista. Mas, diante da gritaria de deputados da base e da oposição, Correia decidiu terminar a audiência e dispensar Haddad.

Parlamentares oposicionistas puxaram um coro de "fujão" para o ministro. Na segunda vez, com Haddad tentando deixar a sala, foram repreendidos pelo líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (RJ), que respondeu que eles "só sabem gritar" e agiam como se estivessem na "quinta série". ●

GOVERNO TROCA PARTE DE ALTA DO IOF POR TAXAÇÃO DE INVESTIMENTOS E BETS. PÁG. B1

Contas públicas Impasse

Haddad anuncia acordo com recuo na taxaço de IOF

Em reunião com líderes do Congresso, ficou decidido fazer corte em benefícios tributários, taxaço de bets e fim de incentivos a LCA e LCI

ÁLVARO GRIBEL
MARIANA CARNEIRO
BRASÍLIA

Depois de quase seis horas de reunião com lideranças do Congresso, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou ontem à noite acordo para recuar em parte do aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), e compensar essa perda de arrecadação com a taxaço de bets, com a cobrança de títulos incentivados (isentos de Imposto de Renda), como LCI e LCA, e com o fim da alíquota

de 9% na cobrança da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) de instituições financeiras – que terão de pagar alíquotas de 15% e 20%.

Em paralelo, Haddad afirmou que haverá medidas para reduzir 10% dos gastos tributários infraconstitucionais, além de medidas para tentar cortar gastos primários – mas ele não deu detalhes. O ministro afirmou que o acordo foi dividido em quatro pontos: uma medida provisória para compensar a arrecadação com o recuo no aumento do IOF; novo decreto para recalibrar a cobrança de IOF em um terço do projeto original; proposta para rever gastos infraconstitucionais; e uma proposta para reduzir gastos primários.

A taxaço das bets subirá de 12% para 18% do rendimento bruto das apostas. Já os títulos de LCI e LCA continuarão



Alcolumbre, Motta e Haddad depois do almoço da semana passada

com incentivos fiscais, segundo Haddad, mas passarão a ter incidência de 5% de cobrança de Imposto de Renda.

Em relação ao chamado risco sacado, haverá uma recalibragem na cobrança de IOF. A alíquota fixa de IOF deixa de existir, e a alíquota diária também será alterada, mas a Fazenda não detalhou os números.

'REUNIÃO HISTÓRICA'. O anúncio foi feito depois de reunião entre Haddad, a ministra Gleisi Hoffmann (da Secretaria das Relações Institucionais) e os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), e da

Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), além de líderes partidários. "Acredito que foi uma reunião histórica, conjunta, muito franca muito produtiva, e com um grau de maturidade muito grande para enfrentar os temas que estão colocados", disse Haddad, à saída do encontro.

A discussão sobre alternativas ao aumento do IOF vem em meio à pressão do governo para manter o compromisso com o novo arcabouço fiscal. A proposta de elevar o imposto, porém, acabou produzindo forte resistência do Congresso e do setor produtivo. Na última terça-feira, o presidente

Luiz Inácio Lula da Silva se encontrou com Alcolumbre e com Motta na tentativa de evitar que o Congresso derrubasse o decreto com a mudança na tributação – que previa inicialmente arrecadação de R\$ 20,5 bilhões, neste ano, e de R\$ 41 bilhões em 2026.

Depois desse primeiro encontro, uma nova reunião foi realizada ontem à noite, na residência oficial da Câmara dos Deputados, em Brasília, para que a Fazenda apresentasse suas propostas a líderes partidários em busca de um acordo.

No dia anterior, falando de Paris, onde participa de viagem oficial, Lula chegou a dizer que "estava tudo acertado" em relação às medidas. Pela rede social X, Gleisi afirmou que o Planalto está "dialogando" com os presidentes da Câmara e do Senado para definir ajustes que manterão o equilíbrio fiscal.

Depois da convocação do governo e do acerto com Motta e Alcolumbre, lideranças voltaram ontem de seus Estados para Brasília. Um deles, o deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), fez publicação sobre a viagem em uma rede social. Em conversa com o **Estadão**, ele se comprometeu a levar sugestões como a desvinculação do aumento do salário mínimo das aposentadorias e dos benefícios do INSS. ●



Câmara de Caraguá aprova cinco projetos na 19ª Sessão Ordinária

A sessão também foi marcada pela apresentação de 15 requerimentos parlamentares com pedido de informações ao Poder Executivo

Leia a matéria completa [aqui](#).

Cotidiano

Veículo
Tamoios News



Programa de Educação Ambiental da Unidade de Gás vai debater questões ambientais com a comunidade de Caraguá

Caraguatatuba recebe uma série de encontros abertos à comunidade em diferentes bairros a partir da próxima semana. Trata-se do Programa de Educação Ambiental da Unidade de Tratamento de Gás Monteiro Lobato (UTGCA), uma iniciativa da Petrobras que atende a condicionantes ambientais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama e é executada pela Elementus Soluções Ambientais.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Radar Litoral



Caraguatatuba prorroga prazo para inscrições na Chamada Pública de vídeos promocionais de Turismo

Foi prorrogado o prazo para inscrições na Chamada Pública nº 015/2025, que visa selecionar vídeos promocionais sobre o turismo na cidade. Agora, os interessados têm até o dia 22 de junho para submeter seus vídeos.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Radar Litoral
Fala Caragua



PAT de Caraguatatuba tem 111 vagas de emprego até sexta

O PAT de Caraguatatuba abriu inscrições presenciais para os cursos gratuitos de Inglês e Espanhol voltados ao atendimento profissional. As aulas começam entre os dias 16 e 20 de junho e têm como objetivo qualificar moradores do município para atuação nas áreas de turismo, comércio e recepção. Ao todo, são 140 vagas distribuídas entre turmas presenciais e on-line, com encontros semanais e atividades complementares, em parceria com a Secretaria de Educação.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Jornal Leia

JORNAL
leia

TEM TRAMPO



Caraguá oferece 111 vagas de emprego nesta quarta-feira

Veículo
Fala Caragua



Reforma Tributária na Construção Civil é tema de palestra na próxima segunda-feira em Caraguatuba

A “Reforma Tributária na Construção Civil: você está preparado?” é o tema da palestra promovida Associação das Construtoras do Vale do Paraíba (Acomvap), que será realizada na próxima segunda-feira (16) às 14h30 na sala Monteiro Lobato, nas dependências da Secretaria de Educação de Caraguatuba, na Avenida Rio de Janeiro, 860 – Indaiá.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Fala Caragua
Litoral em Pauta
Diário Caiçara



Dr. Mauro Pereira Noronha recebe Título de Cidadão Caraguatatubense nesta quinta-feira

A Câmara Municipal de Caraguatatuba realiza nesta quinta-feira (12/06), às 19h, sessão solene para a entrega do Título de Cidadão Caraguatatubense ao médico ginecologista e obstetra Dr. Mauro Pereira Noronha, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados à saúde do município por mais de 40 anos.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Fala Caragua



Ceramista Luciana Renna abre 9º Semana de Arquivos em Caraguatatuba com palestra sobre Toninho Cordeiro

A abertura da 9ª Semana Nacional de Arquivos teve início na última terça-feira (10), com a palestra da ceramista Luciana Renna, que apresentou os caminhos percorridos pelo saudoso artista Toninho Cordeiro no universo da cerâmica.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Fala Caragua



Caraguatatuba é selecionada para programa de melhoria da educação pública com apoio da Parceiros da Educação

Caraguatatuba está entre as três redes municipais de ensino selecionadas para participar do Programa de Redes Municipais da organização Parceiros da Educação. O município foi escolhido após um rigoroso processo seletivo que avaliou critérios como compromisso com a qualidade do ensino, engajamento da equipe técnica e condições institucionais para implementação do programa.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
TVS Litoral Norte



Educação em alta!

Caraguatatuba foi selecionada para o Programa de Redes Municipais da @parceirosdaeducacao

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Fala Caragua



Reclamações de problemas financeiros e internet fixa dominam ranking de maio do Procon de Caraguatatuba

O balanço do Procon da Prefeitura de Caraguatatuba registrou 677 procedimentos formalizados dos 1.372 atendimentos realizados entre os dias 1º e 31 de maio. Desse total, 695 dos atendimentos foram orientações e encaminhamentos para outros órgãos.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Fala Caragua
Jornal do Litoral



Preservação da área verde em Caraguatuba é tema do Programa de Educação Ambiental da Unidade de Gás

Caraguatuba recebe uma série de encontros abertos à comunidade em diferentes bairros a partir da próxima semana. Trata-se do Programa de Educação Ambiental da Unidade de Tratamento de Gás Monteiro Lobato (UTGCA), uma iniciativa da Petrobras que atende a condicionantes ambientais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama e é executada pela Elementus Soluções Ambientais.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Fala Caragua



Qualifica SP oferece capacitação em Tecnologia da Informação para jovens com início em junho

Jovens de Caraguatatuba têm a oportunidade de se qualificar em cursos na área de Tecnologia da Informação de forma gratuita. A iniciativa é do programa Qualifica SP – Novo Emprego, do Governo do Estado, com inscrições abertas até o dia 15 de junho, por meio do site <https://l.ead.me/QualificaSP>.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Denuncie Aqui



CURSO GRATUITO DE MECÂNICA AUTOMOTIVA EM CARAGUÁ!

Está querendo uma nova chance no mercado de trabalho? Então se liga nessa oportunidade imperdível!

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Boca no Trombone



ATENÇÃO, CARAGUÁ! / CRONOGRAMA DE LIMPEZA - JUNHO

De 9 a 13 de junho, as equipes estarão nas ruas realizando os serviços de limpeza pública. Fique ligado nas datas e bairros:

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Boca no Trombone



Caputera: Ponte de Pedestres Recebe Manutenção Preventiva

MANUTENÇÃO NA PONTE DE PEDESTRES DO CAPUTERA!

A Prefeitura iniciou nesta terça (10/6) a revitalização da ponte sobre o Rio Santo Antônio, que liga os bairros Caputera e Ponte Seca. Durante os próximos 3 dias, a ponte estará interditada para garantir a segurança de todos.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Agenda Cultural



06/06/2025

Geral

Veículo
Radar Litoral
Nova Imprensa
012 News
Diário Caiçara
Band Vale
Jornal do Litoral
Agora Vale
TV hati



Veículo bate em bicicleta e derruba poste no Indaiá; duas pessoas ficam feridas

Um acidente de trânsito envolvendo um carro e uma bicicleta foi registrado, na manhã desta quarta-feira (11/6), por volta das 7h40, na Avenida Rio Branco, no bairro Indaiá, em Caraguatatuba. O Corpo de Bombeiros e o Samu foram acionados para o atendimento de duas pessoas que ficaram feridas.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Radar Litoral
O Vale
Jornal do Litoral
TV Thati



Motociclista fica ferido em colisão com carro no bairro Poiares em Caraguatatuba

Um motociclista de 24 anos ficou ferido em um acidente de trânsito registrado na manhã desta quarta-feira (11), por volta das 8h50, na Avenida Marechal Floriano Peixoto, no bairro Poiares, em Caraguatatuba. O Corpo de Bombeiros foi acionado e verificou no local que a colisão envolveu um carro e uma motocicleta.

A vítima, um homem de 24 anos que pilotava a moto, recebeu atendimento da equipe de resgate no local e, em seguida, foi encaminhada ao Hospital Stella Maris para avaliação médica. Ainda não há detalhes sobre as causas do acidente.

O local foi isolado e ficou sob os cuidados do policiamento da área para organização do trânsito e levantamento das circunstâncias da colisão.

Veículo
Radar Litoral
012 News
Diário Caiçara



Procurado por homicídio ocorrido em 2022 na Martim de Sá é capturado pela Polícia Militar com uso de tecnologia

A Polícia Militar prendeu, na manhã desta quarta-feira (11/6), um indivíduo que era procurado da justiça por homicídio. O crime aconteceu em julho de 2022 na praia Martim de Sá, quando um jovem de 20 anos foi morto a tiros.

Os policiais militares realizavam a Operação Impacto em adegas da cidade quando fizeram a abordagem em um indivíduo que demonstrava comportamento suspeito. Na busca pessoal nada de ilícito foi encontrado, porém, solicitado os dados pessoais, foi utilizado o aplicativo do Muralha Paulista e a opção de fotografia, o qual foi informado para a central da polícia se tratar de procurado da justiça.

Ele foi preso e levado para a Delegacia de Caraguatatuba.

Veículo
Diário Caiçara



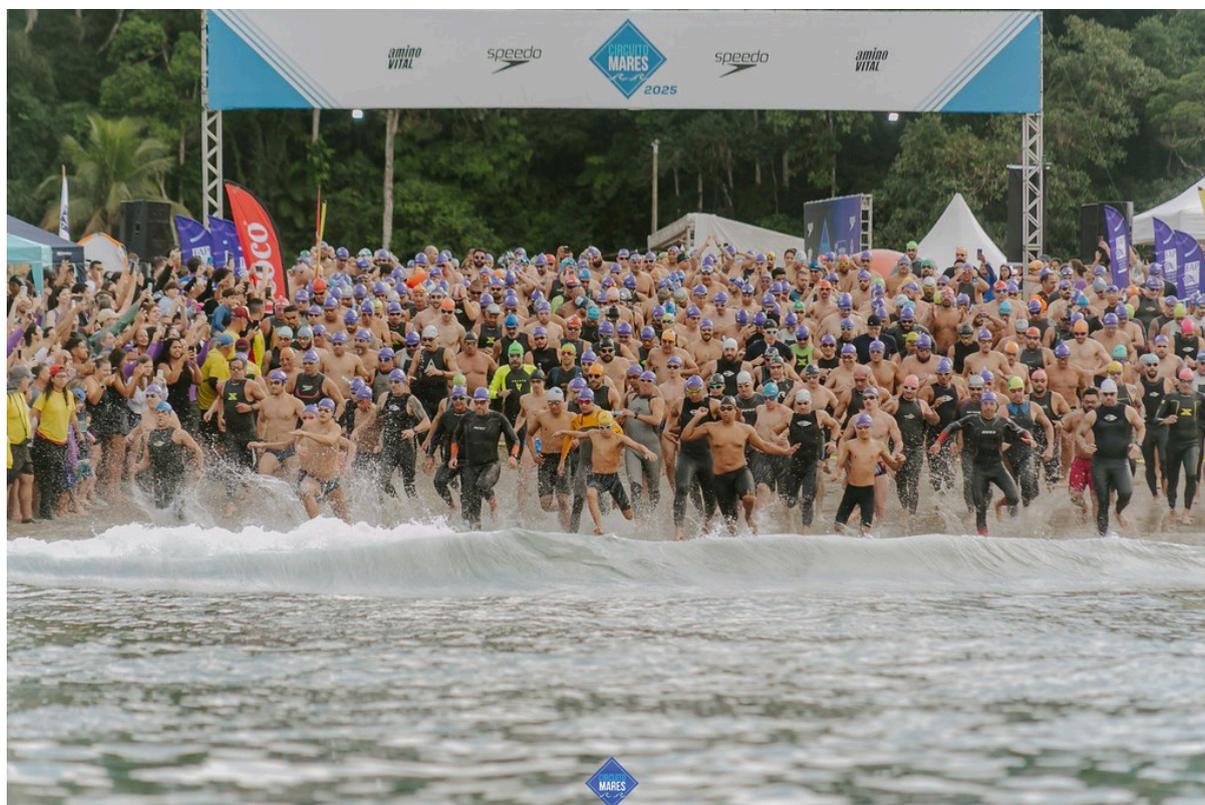
Procurado por estupro de vulnerável é preso dentro do Poupatempo de Caraguatatuba

Um homem de 42 anos, procurado pela Justiça pelo crime de estupro de vulnerável, foi preso na tarde desta quarta-feira (11/6) dentro da unidade do Poupatempo de Caraguatatuba.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Turismo e Esporte

Veículo
Gazeta Popular



Circuito Mares reúne mais de seis mil pessoas em Caraguatatuba com provas inédita

Caraguatatuba foi sede, no último fim de semana (7 e 8), da 3ª fase do Circuito Mares 2025 – Etapa Éter, na praia da Cocanha. O tradicional festival multiesportivo reuniu provas de águas abertas, aquathlon, corrida rústica, stand-up paddle e paddleboard, e movimentou a cidade com cerca de três mil atletas e um público estimado em mais de seis mil pessoas.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Clipping Eletrônico

08.05.2025

Entrevista com o Presidente da Comissão de Assuntos Relevantes (CAR) da Saúde, Bigode, para a TV Câmara.



Pauta: Comissão que fiscaliza área da saúde vista upa sul, em Caraguatatuba.

Assista a reportagem completa [aqui](#).